



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Protocolo CME nº	18/15		
Interessado	EMEF Desembargador Amorim Lima – DRE Butantã		
Assunto	Projeto Político Pedagógico Especial		
Relatores	Conselheiras Hilda Martins Ferreira Piaulino e Marina Graziela Feldmann		
Parecer CME nº 447/15	CEB	Aprovado em 17/12/15	Publicado em 07/01/16 p. 11 e 12

	<p>I - RELATÓRIO</p> <p>1. Histórico</p> <p>01 Em 13/10/14, por meio do TID 12749506, a Assessoria Especial da SME/G 02 encaminhou para a Diretoria de Orientação Técnica da Secretaria Municipal de 03 Educação (SME) a proposta de Implementação do Projeto Político Pedagógico 04 Experimental elaborada pela EMEF Desembargador Amorim Lima. 05 Em 06/11/14, o Conselho Municipal de Educação (CME) encaminhou à SME, 06 em face de sua competência para aprovação, o Ofício CME nº 246/14, que trata 07 de solicitação de envio da Proposta Pedagógica das EMEFs Amorim Lima e Pres. 08 Campos Salles, tendo em vista notícias do desenvolvimento de projeto 09 pedagógico especial nessas Unidades. 10 Em 07/10/15, a Diretora da Escola Amorim Lima solicita ao Senhor Secretário 11 de Educação o prosseguimento do pedido de Implementação do Projeto Político 12 Pedagógico (PPP), desde 2014 em SME, para a apreciação por este Colegiado. 13 Em 29/09/15, a Diretora da Divisão de Ensino Fundamental e Médio da 14 DOT/SME, após visita à unidade e análise do referido PPP, assim se manifesta: 15 ..." somos de parecer favorável à implementação do presente projeto por 16 entendermos que está em consonância e consolida as diretrizes educacionais 17 expressas no Programa Mais Educação São Paulo" e remete o Projeto para 18 SME/ATP. 19 Em 06/10/15, a AT de SME/ATP, após análise, encaminha o expediente 20 devidamente informado, contendo observações, acompanhado da cópia do 21 Regimento Escolar aprovado em 2014, para a Chefia da Assessoria Técnica de 22 Planejamento (ATP) propondo a remessa, pela competência, a este Colegiado. 23 O documento é recebido neste Conselho em 20/10/15 e remetido à Câmara 24 de Educação Básica, em 12/11/15. 25 Atendendo ao convite das relatoras para esclarecimentos e complementos 26 entendidos necessários, em 26/11/15, a Diretora da EMEF Desembargador 27 Amorim Lima compareceu à reunião neste Conselho e se fez acompanhar de 28 membros do Conselho de Escola, da equipe escolar, das entidades parceiras da 29 escola, de pais, de alunos, e da Supervisora Escolar. 30 Em 01/12/15, foi reapresentado o Projeto Pedagógico Especial Amorim Lima, 31 contemplando os itens tratados na reunião e, desta feita, com parecer favorável da 32 Supervisão Escolar da DRE Butantã.</p> <p>33 2. Apreciação</p> <p>34 Trata o presente de solicitação da EMEF Desembargador Amorim Lima do 35 reconhecimento formal e autorização do Projeto Pedagógico Especial, que já se</p>
--	---

PARECER CME Nº 447/15

36 encontra implantado na unidade educacional.

37 O embrião do Projeto da Escola Municipal Amorim Lima teve início em 1996,
38 ocasião em que, para fazer face às questões, tais como, alto índice de evasão,
39 problemas de convivência escolar, a Diretora da Unidade promove a derrubada
40 dos muros e alambrados, abrindo a possibilidade de que estudantes de séries
41 mais avançadas pudessem frequentar e “viver” a escola fora de seus horários de
42 aula, como monitores em atividades várias, conseguindo o apoio e o
43 engajamento crescente dos pais e mães de estudantes e da comunidade. A
44 escola passou, então, a oferecer atividades que ampliavam o horário dos
45 estudantes por meio de Oficinas de Cultura Brasileira, de Capoeira, Circo, de
46 Educação Ambiental, de Teatro. A maior participação dos pais e mães passou
47 a se refletir na organização das festas (Festa Junina, Festa da Cultura
48 Brasileira, Festa do Auto de Natal), na criação de grupos de trabalho voluntário e
49 na participação de instituições convidadas a colaborar com a escola.

50 Em 2002, o Conselho de escola discutiu os meios de melhorar o aprendizado
51 e a convivência na escola e, em reunião realizada em 11/06/02, após diagnóstico
52 de ainda haver problemas tais como: indisciplina, alto índice de absenteísmo de
53 alunos, aulas vagas devido à elevada ausência de alguns docentes, a partir da
54 união entre escola e comunidade, e inspirados na Escola da Ponte, de Portugal,
55 começaram a ser tomadas ações para solucionar questões relevantes que
56 impactavam a forma como se buscava atingir os objetivos educacionais a que a
57 escola se propunha.

58 Em 2003, conforme consta no documento, iniciou-se um período mais
59 intenso de transformações, buscando o aprimoramento dos recursos necessários
60 à formação das crianças e jovens de forma integral e participativa, que culminou
61 na implementação parcial do Projeto em 2004, sendo que a sua extensão para
62 toda a escola ocorreu em 2006.

63 Destaque-se que o Projeto, no seu início (2002), contou com apoio financeiro
64 externo para uma série de atividades, dentre eles o “Projeto Crer para Ver” do
65 Instituto Natura.

66 A SME apoiou o projeto desde o momento vestibular, inclusive por meio de
67 visita e participação da titular da pasta em reunião do Conselho de Escola, em
68 2003, oportunidade em que concordou com o Projeto, autorizou o seu início e
69 liberou verbas para contratação de assessoria externa e, de lá para cá, este
70 apoio, conforme consta do Projeto apresentado, vem se renovando a cada ano.

71 Neste intervalo de tempo, em que a escola vem desenvolvendo o Projeto
72 Especial, contou com a participação de renomados interlocutores, formadores e
73 parcerias, tornando-se, como registra o documento em análise, referência para
74 outras instituições de ensino e publicações especializadas como dissertações de
75 mestrado, teses de doutorado, tendo, inclusive, recebido em setembro de 2015, o
76 reconhecimento público pela organização mundial Ashoka, como uma das “200
77 escolas transformadoras mundiais”. A escola também é um dos destaques do
78 livro *Volta ao mundo em 13 escolas*, organizado por André Gravatá, em 2014, e
79 do filme documentário *Quando sinto que já sei*, de Antonio Sagrado Lovato, bem
80 como a escola tem figuração na série de 4 DVDs de *Paulo Freire - Biografia,*
81 *Educação, Inspirações e Legado*, trabalho coordenado por Vera Barreto,
82 Instituto Veredas, Atta Mídia, Editora Cortez, além de participação em vários
83 artigos de revistas, jornais e Programas e Séries Televisivas.

84 A implantação desse projeto, antecedendo autorização deste Conselho, teve
85 como justificativa a autonomia concedida pela Lei de Diretrizes e Bases da
86 Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96):

87 Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do
88 seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

89 I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

90 Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de

PARECER CME Nº 447/15

91	educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica...
92	Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos
93	semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-
94	seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma
95	diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem
96	assim o recomendar.
97	A hoje denominada EMEF Desembargador Amorim Lima foi constituída em
98	1956 como 1ª escola isolada de Vila Indiana. Passou a ocupar o endereço atual
99	em 1968. Em 1969, passou a chamar-se Escola de 1º Grau Desembargador
100	Amorim Lima e, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da
101	Educação passou, em 1999, a receber a denominação atual. A unidade, segundo
102	o que consta no PPP, é situada em bairro de alta heterogeneidade social e
103	cultural, próxima a polos científico-culturais da importância da Universidade de
104	São Paulo, de áreas mais pobres de seu entorno, como a Favela São Remo e de
105	polos de importantes manifestações culturais, como o Morro do Querosene. A
106	EMEF Desembargador Amorim Lima teve, ao longo dos anos, o privilégio de
107	receber também uma população heterogênea e múltipla. Os dados da
108	comunidade atendida, apresentadas no PPP, extraídos das fichas de matrículas
109	corroboram esta afirmação.
110	O Projeto reapresentado contém: Apresentação; Proposta; Projeto Político
111	Pedagógico propriamente dito, anexos e parecer da Supervisão Escolar.
112	O Projeto Político Pedagógico assim se apresenta:
113	- Histórico: contendo dados atualizados da comunidade atendida e percurso
114	do Projeto desde seu embrião.
115	- Os valores que fundamentam o Projeto: objetivos gerais e objetivos
116	específicos e as exigências para a docência.
117	- A Organização da escola e do currículo: ciclos; áreas de conhecimento;
118	rotina da escola; tempos e espaço escolar (salões, oficinas permanentes e
119	culturais, tutorias, recreio, roda de conversa, roteiros temáticos, planos de
120	estudos, atividades culturais e festas, grupos de responsabilidades); avaliação
121	(objetivos formais de avaliação, resultados das avaliações externas, em 2015,
122	instrumentos, resultados e divulgação, plataforma digital).
123	- A Gestão Escolar Participativa: Conselho de Escola; Conselho Pedagógico;
124	Assembleia de Pais; Associação de Pais e Mestres – APM; Assembleia de
125	Estudantes e Grêmio Escolar; Comissões e Grupos de trabalho; Parcerias.
126	- Os Anexos: Rotina Escolar do Ciclo Interdisciplinar; Roteiro do Ciclo de
127	Alfabetização; Roteiro do Ciclo Interdisciplinar; Roteiro do Ciclo Autoral; Relatório
128	da Plataforma Amorim Lima.
129	- A necessidade da Escola visando ao aprimoramento e consolidação do
130	Projeto Político Especial da EMEF Desembargador Amorim Lima.
131	O Projeto Político Pedagógico Especial Amorim Lima tem como princípios e
132	objetivos:
133	Ascendermos todos – estudantes, educadores, pais e comunidade – a graus cada
134	vez mais elevados de elaboração cultural e a níveis cada vez mais elevados de
135	autonomia moral e intelectual, num ambiente de respeito e solidariedade.
136	Os objetivos gerais assim se apresentam:
137	- Formar a consciência social, crítica, solidária e democrática, na qual o
138	educando vá gradativamente se percebendo como agente do processo de
139	construção do conhecimento e de transformação das relações entre os homens
140	em sociedade, por meio da ampliação e recriação de suas experiências, da sua
141	articulação com o saber organizado e da relação da teoria com a prática.
142	- Assegurar aos educandos o desenvolvimento da capacidade de aprender,
143	tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo,
144	priorizando a alfabetização nos 3 primeiros anos de escolaridade, visando à
145	compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia,
	da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamente a

PARECER CME Nº 447/15

146	sociedade; o desenvolvimento da capacidade da aprendizagem, tendo em vista a
147	aquisição de conhecimentos e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento
148	dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito
149	recíproco em que se assenta a vida social.
150	Os objetivos específicos se traduzem na seguinte conformidade:
151	- Elevar o grau de compromisso por parte de todos os segmentos da escola,
152	nos limites de suas atribuições definidas no Regimento Educacional que integra o
153	PPP e dele é parte;
154	- Aprimorar cultural e pessoalmente a todos, de forma integral;
155	- Enfatizar uma intencionalidade educativa, clara, compartilhada e assumida
156	por todos os segmentos da escola, embasada nos valores da autonomia,
157	solidariedade, democracia participativa e responsabilidade que devem ditar o
158	funcionamento organizacional e relacional da escola;
159	- Reconhecer o papel de educador nas atividades realizadas por todos os
160	trabalhadores e trabalhadoras da Escola;
161	- Garantir a participação e o apoio da comunidade na vida da escola,
162	preservadas as atribuições funcionais e profissionais, em consonância com as
163	leis que regem o trabalho na Secretaria Municipal de Educação;
164	- Elevar o grau de autonomia de todos os envolvidos no Projeto,
165	especialmente:
166	a)-Autonomia intelectual: outorgando sempre mais ao educando o
167	domínio sobre os processos e meios de aprendizagem, auxiliando-o a encontrar e
168	desenvolver os meios que lhe possibilitem construir e viver um recurso intelectual
169	próprio;
170	b)-Autonomia no Projeto: aprimorando os mecanismos que favoreçam e
171	estimulem, por parte dos estudantes, a assunção de mais responsabilidades no
172	sentido do melhor funcionamento da Escola e da eficaz implementação do
173	Projeto Político Pedagógico Especial Amorim Lima.
174	c)-Autonomia para a vida: possibilitar ao estudante o conhecimento para
175	participar ativamente de sua história, influenciando a História de sua comunidade.
176	Para atingir estes objetivos, a escola informa que há uma construção diária,
177	pautada no Projeto Pedagógico que demanda, como ponto de partida, o
178	compromisso de todos os agentes da escola no aprimoramento cultural e
179	pessoal de cada um e de todos, com vistas a construir um processo educativo
180	claro, compartilhado e assumido por todos.
181	O Projeto traz uma consideração importante sobre o papel do educador nesta
182	escola no desenvolvimento do Projeto Especial: se antes cabia ao educador
183	formar-se individualmente para dar conta de uma docência expositiva e solitária,
184	numa relação dual com os estudantes, passa-se neste Projeto Político
185	Pedagógico Especial – PPP a exigir:
186	- uma prática compartilhada e solidária, visto que o professor não
187	trabalha mais intramuros, solitariamente e com uma turma específica;
188	- uma formação diversificada e múltipla, no sentido de poder acompanhar e
189	incentivar a interdisciplinaridade curricular pretendida, sem, contudo, abrir mão de
190	seu conhecimento mais aprofundado em uma área específica;
191	- a descentralização do papel do educador como detentor de saber para um
192	papel de colaborador na construção de saber, visto que lhe caberá neste novo
193	funcionamento, mais orientar que explicar, mais pesquisar que ensinar, mais
194	provocar e problematizar do que simplesmente responder;
195	- uma atitude de respeito, com vistas à valorização, para com as
196	diferenças culturais, raciais, de credo e quaisquer outras, de todos e para com
197	todos;
198	- a compreensão do ser humano como ser integral.
199	Observa-se que o Projeto trabalha com o estudante como ser integral, capaz
200	de organizar-se individual e coletivamente para aprender e, desse modo, os

PARECER CME Nº 447/15

201	ciclos (que atendem ao inciso II do art. 5º, da Portaria nº 5.930/13, da Secretaria
202	Municipal de Educação, que regulamenta o Decreto nº 54.452/13, que institui o
203	Programa “Mais Educação São Paulo”) e as áreas de conhecimentos são
204	efetivamente respeitadas ocorrendo a ruptura com o modelo de disciplinas
205	estanques. Outro ponto a ser destacado é o de que as áreas de conhecimento
206	estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação
207	Básica (2013). A “cidadania ativa” perpassa as grandes linhas pedagógicas do
208	projeto.
209	A rotina escolar dos estudantes, por sua vez, é composta por horários de
210	pesquisa nos salões, horários de oficinas, tutorias, aulas expositivas e recreio.
211	A Escola dispõe de 3 Salões, sendo um para cada Ciclo – Alfabetização,
212	Interdisciplinar e Autoral, nos quais estudantes organizam-se em grupos de 5
213	para a realização dos Roteiros Temáticos de Pesquisa, sob a orientação de
214	educadores que devem ser proporcionalmente distribuídos de acordo com o
215	número de estudantes em cada salão, o que corresponde em média 3 a 4
216	educadores para cerca de cem estudantes.
217	É um momento de interação entre os estudantes das diferentes tutorias e
218	possibilita a realização de diversas estratégias de aula. Neste caso, a aula
219	expositiva deixa de ser o instrumento preferencial de transmissão e aquisição de
220	saber, passando a ser um recurso utilizado pontualmente, quando necessário aos
221	objetivos do Projeto.
222	O Projeto prevê oficinas que se desdobram em permanentes e culturais.
223	No caso da rotina do Ciclo Interdisciplinar, apenas para exemplificar, além
224	das oficinas permanentes de Leitura e Escrita, Matemática, Arte, Educação
225	Física, Inglês, em que os estudantes das diferentes tutorias interagem, deixando
226	a aula expositiva de ser o instrumento principal e passando a ser um dos recursos
227	a ser utilizado pelos educadores, há também a oficina de Brincadeiras,
228	possibilitando ao estudante lidar com as vitórias e derrotas e também com o
229	cumprimento de regras. Na oficina de Parque, os estudantes podem brincar sem
230	a mediação do educador.
231	Oficinas culturais de dança, música, capoeira, entre outras são realizadas
232	pela escola com diferentes instituições parceiras.
233	No caso das oficinas de Matemática, os estudantes são divididos por nível
234	de aprendizagem, que são: Iniciação, Intermediário e Aprofundamento; dessa
235	forma, é possível aplicar atividades adequadas à necessidade do grupo.
236	As tutorias consistem em um encontro semanal no qual um educador
237	acompanha um grupo de, idealmente, quinze a vinte estudantes, durante todo o
238	período do dia. Valoriza-se, assim, o tempo destinado à orientação dos Roteiros
239	Temáticos de Pesquisa, promovendo a integração das áreas de conhecimento.
240	Ao ater-se a um grupo menor de estudantes, o tutor deverá orientá-los com olhar
241	mais atento e agudo, indicando e corrigindo rumos.
242	Durante o trabalho de tutoria, o tutor responsável pelo grupo ajuda o
243	tutorando a se organizar e realizar suas atividades pessoais, seus registros e
244	suas tarefas. Este também é um momento privilegiado de trabalho grupal,
245	quando se constroem vínculos profundos tanto com a aprendizagem, quanto
246	com as responsabilidades pessoais e coletivas.
247	O Recreio consiste no intervalo de 30 minutos diários, momento este em que
248	os estudantes fazem a refeição e brincam. O recreio é uma atividade educativa
249	que integra o efetivo trabalho escolar (art. 12, III da LDB) e é essencial para a
250	plenitude da formação de cada estudante.
251	A roda de conversa é uma atividade permanente diária com duração de 30
252	minutos após o intervalo. São constituídos a cada dia da semana
253	agrupamentos com cerca de 20 a 25 estudantes, aos quais, em sistema de
254	rodízio, são atribuídas as funções de redator, auxiliar de redação, secretário,
255	auxiliar de secretário. Ao primeiro cabe registrar os temas e as falas da Roda; ao

PARECER CME Nº 447/15

256	segundo, acompanhar o registro e apoiar nessa ação; ao terceiro, fazer as
257	inscrições de fala na ordem em que as crianças se manifestam levantando a
258	mão; e ao quarto, apoiar a identificação da ordem de manifestação, garantindo
259	a anotação dos nomes. A Roda tem sempre um adulto educador de referência,
260	a quem cabe mediar as discussões, esclarecer, no que couber, dúvidas
261	apresentadas, controlar o tempo de fala e o número de inscritos, adequando os
262	minutos possíveis aos temas elencados no início da Roda, como “pauta do dia”,
263	composta coletivamente.
264	A vivência continuada e orgânica deste dispositivo pedagógico (roda de
265	conversa), conforme o contido no PPP, possibilita o exercício diário de um
266	aprendizado político essencial a uma pedagogia emancipatória crítico- reflexiva, a
267	partir de atitudes de posicionamento pessoal e coletivo, defesa de pontos de
268	vista, com argumentação e contra-argumentação, debates de ideias, elaboração
269	de sínteses provisórias, reflexão e análise coletiva de situações reais vividas que
270	implicam e interessam aos estudantes, sendo, por isso, trazidas como pauta para
271	a roda de conversa.
272	Os roteiros temáticos de pesquisas são dispositivos pedagógicos elaborados
273	pelos professores em trabalho coordenado pelas Coordenadoras Pedagógicas da
274	Unidade e supervisionado pelo Conselho Pedagógico, que conta atualmente com
275	a parceira de um Professor Doutor da Universidade Federal de São Carlos.
276	O trabalho de pesquisa é realizado num contexto predominantemente grupal,
277	a partir de Roteiros Temáticos de Pesquisa, que funcionam como marcadores
278	curriculares no qual temas geradores são organizados de forma interdisciplinar,
279	contemplando as diferentes áreas de conhecimento.
280	Esses roteiros são apoiados nos livros didáticos do Programa Nacional de
281	Livros Didáticos (PNLD), escolhidos pelo grupo de professores a cada triênio. Na
282	elaboração dos roteiros outras fontes de pesquisa como Internet, livros
283	paradidáticos, visitas a museus, estudos de meio, entrevistas e outras são
284	também utilizadas.
285	É importante ressaltar que os livros didáticos funcionam como uma das fontes
286	de referência para a pesquisa e realização das atividades propostas nos referidos
287	roteiros, sendo utilizados de forma particular, ou seja, não sequencial,
288	privilegiando o entendimento amplo e interdisciplinar do tema gerador. Eles
289	traduzem as especificidades da Língua Portuguesa, da Língua Estrangeira
290	Moderna, da Matemática, do Conhecimento do Mundo Físico e Natural, da
291	Realidade Social e Política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da
292	História e Cultura Afro-brasileira e indígena, da Arte nas suas diferentes formas
293	de expressão e Educação Física.
294	Os roteiros de pesquisa são apontados como um meio de problematizar o
295	próprio uso do livro didático, de forma crítica e reflexiva, garantindo a base
296	nacional curricular comum, complementada de acordo com as características
297	regionais e locais do nosso território, nos termos do art. 26 da LDB.
298	A progressão do estudante ao longo do currículo está atrelada à avaliação
299	dos conhecimentos apreendidos. Nesse sentido, o estudante é estimulado a
300	realizar atividades de acordo com suas necessidades e as propostas, com base
301	nessas, dos educadores. O Projeto traz como anexo, à guisa de exemplo, um
302	Roteiro de cada um dos Ciclos de Aprendizagem, a saber: Ciclo de Alfabetização,
303	Ciclo Interdisciplinar e Ciclo Autoral.
304	Outro dispositivo pedagógico é o roteiro de estudo que possibilita ao
305	estudante planejar e avaliar seu trabalho e seus estudos quinzenalmente, com o
306	acompanhamento do tutor e pais/responsáveis.
307	As festas, com a finalidade de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o
308	saber, são consideradas como estruturantes do fazer pedagógico porque elas
309	trazem as questões genuínas da cultura e da formação do povo brasileiro, sendo
310	um dos principais pilares curriculares dentro do Projeto. São elas: Carnaval,

PARECER CME Nº 447/15

311	Festa Junina, Festa da Cultura (é temática anual, cuja escolha do tema ocorre por
312	meio de assembleias e discussões por todos os segmentos da Comunidade
313	Escolar) e o Auto de Natal. Estas atividades não se esgotam no momento de
314	sua realização, integrando o currículo da escola durante todo o ano letivo.
315	Dessa maneira, além de assegurar o apoio e participação e a integração da
316	comunidade desde o planejamento até a preparação, asseguram-se a
317	integração da mesma à escola e atendem ao previsto nas Diretrizes
318	Curriculares Nacionais da Educação Básica, a saber:
319	(...) o currículo não se esgota, contudo, nos componentes curriculares e nas
320	áreas de conhecimento. Valores, atitudes, sensibilidades e orientações de
321	conduta são veiculados não só pelos conhecimentos, mas por meio de rotinas,
322	rituais, normas de convívio social, festividades, visitas e excursões, pela
323	distribuição do tempo e organização do espaço, pelos materiais utilizados na
324	aprendizagem, pelo recreio, enfim, pelas vivências proporcionadas pela escola.
325	(p. 116).
326	O PPP prevê, ainda, os chamados grupos de responsabilidade como forma
327	de organização, reflexão e participação, os estudantes realizam atividades de
328	cuidado com a escola, tanto na perspectiva da instituição, quanto na dos
329	diferentes sujeitos que a constituem, sempre com vistas ao fortalecimento da
330	cidadania ativa. São exemplos de grupos de responsabilidade: cuidado com a
331	biblioteca, recreio, salões etc. Esses grupos são formados a partir da escolha
332	dos estudantes segundo seus interesses.
333	A avaliação visa ao aprimoramento do processo educativo. É realizada de
334	forma contínua e global durante o desenvolvimento do estudante na relação com
335	os educadores. Tem como objetivo:
336	- diagnosticar a situação de aprendizagem dos estudantes para nortear a
337	ação pedagógica;
338	- realizar atividades avaliativas para a aprendizagem;
339	- verificar avanços e dificuldades do estudante no processo de apropriação e
340	construção do conhecimento para a tomada de decisões por parte dos
341	educadores, seja do ponto de vista da recuperação paralela, contínua ou outras
342	estratégias pedagógicas;
343	- possibilitar que os estudantes tomem consciência de seus avanços e
344	dificuldades.
345	As avaliações ocorrem nas seguintes formas:
346	- Pontuais: ao final de cada roteiro ou projeto temático.
347	- Processuais e Contínuas: durante todo o trabalho do estudante através de
348	um processo de auto-avaliação; análise dos roteiros e das atividades; ficha de
349	finalização dos roteiros; portfólio; plano de estudos; roda de conversa.
350	- Auto-avaliação: realizada preferencialmente no espaço da tutoria, numa
351	gradual tomada de consciência, por parte dos estudantes e educadores, de suas
352	potencialidades e dificuldades.
353	- Trabalho Autoral (TA): trabalho de pesquisa e produção de texto autoral
354	realizado pelos estudantes do 9º ano, com apresentação pública sob orientação
355	dos educadores da escola.
356	- Avaliações externas: Mais Educação São Paulo bimestral, Prova Brasil,
357	participação na Olimpíada Brasileira de Matemática e Olimpíada Brasileira de
358	Física, Vestibulinho das Etecs.
359	O Projeto Pedagógico prevê os seguintes instrumentos de avaliação:
360	- Portfólio: Trabalhos elaborados pelo próprio estudante, compreendendo a
361	síntese do seu aprendizado após a conclusão dos roteiros;
362	- Roda de Conversa: A aprendizagem se dá o tempo todo no grupo, na qual
363	é valorizada a convivência coletiva e o respeito ao processo de aprendizagem
364	pessoal. Todos os dias são organizadas rodas de conversa, nas quais se discute
365	o trabalho realizado. Essas rodas são momentos exemplares de análise do

PARECER CME Nº 447/15

366	caminho percorrido, em um exercício diário de reflexão sobre as atividades da
367	escola.
368	- Ficha de finalização: Documento com questões a serem respondidas pelos
369	estudantes, após a conclusão de cada roteiro, para que o tutor acompanhe seu
370	aprendizado. Essa atividade avaliativa é desenvolvida pelos professores e
371	realizada individualmente pelo estudante, devendo ser acompanhada pelo
372	mesmo, pelo tutor e pela família.
373	Os resultados do processo de avaliação preveem que os aspectos
374	qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos e os resultados ao longo do
375	período sobre os obtidos nas provas finais e são expressos por meio de conceitos
376	(no ciclo de alfabetização e interdisciplinar) ou notas (no ciclo autoral) ao final de
377	cada bimestre, acompanhados por uma avaliação descritiva do tutor a cada
378	semestre, apresentando uma análise do processo de aprendizagem educativo.
379	As famílias recebem devolutivas dessas avaliações bimestrais e semestrais
380	por meio de reunião das famílias com tutores; Plantões de atendimento particular
381	à família, mediante solicitação da mesma ou do tutor; e também por meio da
382	"Plataforma Digital Amorim Lima".
383	A plataforma equivale ao Sistema de Gestão Pedagógica (SGP), porém,
384	responde às necessidades específicas do <i>Projeto Político Pedagógico Especial</i>
385	<i>Amorim Lima</i> , sendo um instrumento tecnológico de registro digital desenvolvido
386	especialmente para o Projeto, que concentra a produção dos estudantes e lhes
387	permite organizar sua rotina escolar, mediante ações como a elaboração de
388	planos de estudos, apresentação das fichas de finalização dos roteiros e acesso
389	aos livros didáticos. Cada tutor tem acesso aos dados dos estudantes que
390	acompanha e pode com eles interagir a qualquer momento; também é permitida
391	a comunicação entre os estudantes, em grupos. As avaliações e auto-avaliações
392	estarão organizadas, registradas e disponíveis para consulta pelos estudantes,
393	educadores e familiares/ responsáveis.
394	Um ponto forte e que diferencia o trabalho da escola, evidenciado na reunião
395	com a Diretora da Escola, que contou com membros da comunidade escolar bem
396	como no Projeto Pedagógico, são as instâncias de gestão participativa
397	detalhadas no PPP: Conselho de Escola, Conselho Pedagógico, Assembleia de
398	Pais, Assembleia de Estudantes e Associação de Pais e Mestres (APM). Os
399	estudantes fazem a gestão do Grêmio Escolar. Outras formas de participação na
400	gestão democrática são os Grupos de Trabalho assim como a construção de
401	parcerias com Universidades, Fundações e outras instituições no sentido do
402	desenvolvimento contínuo do projeto e seu compromisso com a Educação
403	Pública de Qualidade. Dessa maneira, podemos afirmar que a gestão é
404	compartilhada e que a comunidade tem, de fato, ampla participação nos destinos
405	da escola.
406	O Regimento Educacional foi elaborado conforme Decreto nº 54.454/13 e
407	Portaria SME nº 5.941/13, analisado pela Supervisão Escolar, que se manifesta
408	pela aprovação em 18/12/13 e aprovado conforme Portaria do Diretor Regional de
409	Educação de Butantã e, em que pese não fazer referência direta ao Projeto
410	Pedagógico Especial da unidade, insere dentro das possibilidades do referido
411	Decreto, os fundamentos da proposta, prevê recuperação e compensação de
412	ausências, bem como os demais ditames obrigatórios às unidades escolares
413	pertencentes ao sistema de ensino municipal.
414	A partir do exposto, depreende-se que o projeto que tem sido desenvolvido ao
415	longo de vários anos reflete uma concepção curricular que pode ser considerada
416	inovadora (diferenciada) à medida que em seu processo de implementação
417	estabelece formas de convívio escolar visceralmente entrelaçadas com a vida
418	social que o contorna.
419	Ao expressar como partes constitutivas - categorias fulcrais tais como: diálogo,
420	autonomia, participação, solidariedade, democracia e transformação, o PPP

PARECER CME Nº 447/15

421	possibilita aos sujeitos históricos e sociais que fazem a escola- professores,
422	alunos, funcionários e comunidade, a reflexão crítica na busca da construção
423	epistemológica e social do conhecimento. O compromisso da escola é sempre
424	com a produção do conhecimento, na perspectiva da formação e do exercício da
425	cidadania de seus sujeitos. Essa construção vivenciada em diversos tempos e
426	espaços educativos com seus discursos e métodos acaba por imprimir
427	significados e sentidos na vida das pessoas.
428	Na Pedagogia da Autonomia alicerçada na concepção freireana, o ser humano
429	não pode ser compreendido fora das relações que estabelece “no” e “com” o
430	mundo. Trata-se de um ser que transforma e é transformado nessas relações,
431	vivenciadas em processos e contextos determinados, nos quais se concretiza a
432	práxis educativa, que se consubstancia no movimento ação-reflexão-ação. A
433	práxis é uma atividade que pressupõe um pensar crítico sobre si mesmo e o
434	mundo, caracterizando-se num fazer intencional, consciente, planejado e
435	principalmente humanizador na perspectiva dialética entre o pensamento e a
436	ação. Nesse desenho curricular a dimensão ética e a estética se mostram
437	complementares no valor maior que se caracteriza no ato de educar. O
438	conhecimento resultante da articulação teoria e prática confere aos sujeitos em
439	constante vínculo com a realidade concreta que os envolve, formas críticas de
440	reinventar seus saberes, seus espaços, suas práticas, na direção de seus sonhos
441	e da transformação social.
442	Efetivar mudanças na escola é compartilhar da construção e reconstrução do
443	PPP, que ao ser vivenciado transcende a dimensão individual, tornando-se um
444	processo coletivo, o qual irradia os projetos existenciais dos sujeitos que nela
445	habitam e a recriam permanentemente.
446	Na elaboração do Projeto apresentado, são apontadas questões, tanto pela
447	Direção quanto pelas instâncias participativas dos diversos segmentos, reiterado
448	verbalmente na reunião com as Relatorias, consideradas importantes para a
449	consolidação e o aperfeiçoamento das atividades que têm sido realizadas desde
450	2002, pleiteando a atenção e providências da SME quanto ao quadro de pessoal
451	da unidade:
452	- cargos de Diretor, Coordenador Pedagógico e Educador da Escola devem
453	ser ocupados por profissionais da Rede Municipal de Ensino, os quais devem
454	apresentar uma proposta de trabalho, a ser aprovada pelo Conselho de Escola.
455	- Para completar o quadro de educadores, a Secretaria Municipal de
456	Educação deverá colocar à disposição do Projeto outros profissionais, como
457	bibliotecário e arte-educadores para realização de oficinas culturais como dança,
458	música e capoeira.
459	Destacamos que, para os professores construírem o conhecimento, deverão
460	também, num sentido pleno, ser detentores do mesmo.
461	Este Conselho destaca, mais uma vez, a importância e relevância das
462	escolas apresentarem Projetos próprios e que de fato atendam às necessidades
463	de sua comunidade educativa, sobretudo que dêem conta do processo ensino
464	aprendizagem em conformidade com o esperado para cada ano do ciclo, bem
465	como tenham, sempre em vista a qualidade social da educação.
466	No presente caso, lembra-se que as questões suscitadas em relação ao
467	quadro de pessoal, tendo em vista a unidade pertencer a um sistema de ensino
468	com legislação própria, remetem para a SME as necessidades apresentadas pela
469	escola para a consolidação e aperfeiçoamento contínuo do Projeto, para as
470	análises e decisões requeridas.
471	Finalmente, quanto a inovações e experimentações pedagógicas lembra-se
472	que o artigo 81, da LDB/96, garante que: “é permitida a organização de cursos ou
473	instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas às disposições desta
474	lei”.
475	Este Conselho tem encorajado o estabelecimento pelo Poder Público de

PARECER CME Nº 447/15

476 condições administrativas específicas para a garantia de realização, de projetos
477 experimentais inovadores pelas unidades educacionais da rede municipal, bem
478 como tem sugerido que iniciativas nesse sentido sejam divulgadas, com vista à
479 socialização das experiências e incentivo a outras unidades para ousarem em
480 seus Projetos Pedagógicos.

481 **II – CONCLUSÃO**

482 **1** - À vista do exposto, o Conselho Municipal de Educação reconhece que o
483 Projeto Político Pedagógico Especial da EMEF Desembargador Amorim Lima vem
484 se desenvolvendo adequadamente, razão pela qual o aprova.

485 **2** - A Unidade Escolar deverá providenciar e encaminhar a este Conselho:

486 **a** - Nova versão do Regimento Educacional em que fique explícita a realidade
487 da escola com seu Projeto Pedagógico Especial, no prazo de 45 (quarenta e
488 cinco) dias;

489 **b** - A cada dois anos, a partir da aprovação do presente, a unidade escolar
490 deverá encaminhar a este Colegiado, até o mês de março, relatório
491 circunstanciado das atividades desenvolvidas, devidamente analisado pela
492 Supervisão Escolar da DRE Butantã, contendo:

493 - avaliação do trabalho realizado, considerando os princípios que fundamentam
494 o Projeto Pedagógico Especial;

495 - a sistematização e análise geral dos dados de aproveitamento e desempenho
496 dos estudantes nas avaliações internas e externas, desistências, transferências e
497 retenções;

498 - o acompanhamento, por amostragem válida, dos estudantes egressos do
499 Ensino Fundamental;

500 - cursos de formação/atualização dos quais participaram os professores.

501 **3** - A unidade deverá atualizar o seu PPP na plataforma digital de SME.

502 **4** - Recomenda-se à DRE Butantã a divulgação do Projeto, visando à
503 socialização da experiência e o incentivo a inovações pedagógicas.

504 **5** - Face à relevância do Projeto, sugere-se que a SME verifique a possibilidade
505 de informar aos profissionais da rede municipal, por meio de comunicado no Diário
506 Oficial da Cidade e por meio de circulares internas, que a EMEF Desembargador
507 Amorim Lima detém Projeto Especial aprovado por este Conselho, para ciência de
508 todos os educadores por ocasião de atribuição de aulas e indicação de escola
509 para escolha de vaga para ingresso e/ou remoção.

São Paulo, 10 de dezembro de 2015.

Cons.^a Hilda Martins Ferreira Piaulino
Relatora

Cons.^a Marina Graziela Feldmann
Relatora

III - DECISÃO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

A Câmara de Educação Básica adota como seu Parecer, a manifestação das Relatoras, com os votos dos Conselheiros Titulares Hilda Martins Ferreira Piaulino, Carmen Lúcia Bueno Valle, Carmen Vitória Amadi Annunziato, Marta de Betania Juliano e Marina Graziela Feldmann.

PARECER CME Nº 447/15

Estiveram presentes os Conselheiros Suplentes Antonio Rodrigues da Silva, Bahij Amin Aur e Yara Maria Mattioli, que não votaram, nos termos regimentais.

Sala da Câmara de Educação Básica, em 10 de dezembro de 2015.

Conselheira Marta de Betania Juliano
No exercício da Presidência da CEB

IV- DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Municipal de Educação aprova, por unanimidade, o presente Parecer.

A Conselheira Maria Auxiliadora Albergaria Pereira Ravelli votou favoravelmente, mas apresentou Declaração de Voto.

Sala do Plenário, em 17 de dezembro de 2015.

Consº João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente do CME

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto favoravelmente, com o seguinte acréscimo:

Sugerimos que a SME analise as necessidades de pessoal levantadas pela escola, inclusive a forma diferenciada de preenchimento do cargo de Diretor. As medidas que forem tomadas nessa área devem ser acompanhadas e avaliadas pela Secretaria de Educação.

São Paulo, 17 de dezembro de 2015.

Consª Maria Auxiliadora A. P. Ravelli